

# O ESTADO ENQUANTO AGENTE SOCIAL DO URBANO

Antonio José de Araújo Ferreira  
Mestrando em Geografia Humana no DG-FFLCH/USP e  
Prof. do Departamento de Geociências/UFMA

---

## RESUMO:

Este artigo trata do Estado, enquanto agente social, para efeito de se analisar o processo inerente à (re)produção do espaço urbano. A intenção, pois, é contribuir no debate acerca do papel do Estado nesse processo, de maneira que se ultrapassem as "armadilhas" relativas ao corte setorial e/ou à forma isolada com que se analisam os agentes sociais envolvidos.

## PALAVRAS-CHAVE:

Estado, agente social, espaço urbano, (re)produção, avanço

## ABSTRACT:

This article talks about the State, as a social agent, analysing the process related to the urban space (re)production. It's objective, therefore, is to contribute to the debate about the role of the State in that process, exceeding the "snàres" of a sectorial analysis and/or of an isolated way of studying social agents involved.

## KEYWORDS:

State, social agent, urban space, (re)production, advance

---

## Introdução

É a partir da década de setenta que a literatura internacional registra uma gama de trabalhos dedicados à produção do espaço, principalmente urbano. Contudo, a prioridade centrava-se no corte setorial e/ou no estudo isolado a respeito da atuação de determinado agente social. Por conseguinte, a literatura nacional absorveu tal influência. Porém, alguns esforços, revelaram-se profícuos, tanto no que concerne à análise conjunta dos agentes sociais identificados quanto à adequação dos métodos de interpretação.

Neste artigo, pois, são feitas considerações sobre a importância da realidade empírica para efeito de se apreender a quantidade e qualidade (ações,

estratégias, interesses, conflitos, etc..) dos agentes sociais que atuam na (re)produção do espaço urbano. Para tanto, levam-se em conta os antecedentes teóricos, o método de interpretação, as tarefas passíveis de viabilizar a análise, os agentes sociais, para concluir que o Estado, enquanto agente social, pode ser o fio condutor da análise a ser empreendida.

## Antecedentes teóricos

A literatura especializada tem registrado nos últimos trinta e cinco anos uma série de estudos que analisam a produção do espaço, sobretudo urbano.

Entre esses, destacam-se as contribuições de economistas, sociólogos, filósofos geógrafos, etc., mais precisamente de CASTELLS (1972), HARVEY (1973), LEFEBVRE (1974) e CAPEL (1974).

Ao se proceder um levantamento (inconcluso em função do número de títulos e da variedade de estoques teórico metodológicos) sobre essas contribuições, verifica-se que, até então, os trabalhos se peculiarizavam por considerar, de forma isolada, os agentes sociais envolvidos na produção do espaço urbano, em que pese o fato de se restringirem a realidades empíricas sobre a Europa e os Estados Unidos.

Em relação à Europa sobressai o pioneirismo acerca da análise da política urbana por CASTELLS (1972), que em 1977 (p 31-33) releva as contribuições de TOPALOV (1973 e 1974) sobre o empreendimento e propriedade imobiliária, do ASCHER & LUCAS (1972), ASCHER & LEVY (1973) principalmente acerca da produção da construção e habitação, de PRETECEILLE (1973) sobre a produção de conjuntos habitacionais, de CASTELLS & GODARD (1974), realçando a relação entre o Estado e as grandes empresas, assim como de LOJKINE (1977) no que diz respeito à intervenção do Estado na organização do espaço. Destacam-se ainda os estudos de CERVELLATI, SCANNAVINI & ANGELIS (1973), que enfatizam o centro histórico de Bolonha, Itália, bem como a contribuição de COHEN (1975) sobre o urbanismo na ex-URSS e no Leste Europeu.

Vale notar que as idéias concebidas principalmente em França, referentes a CASTELLS (1972) e a LOJKINE (1977), originaram-se de observações sobre o papel do Estado (planejador), combinado aos conflitos sociais em Paris, durante os anos setenta. Este período levou LEFEBVRE (1976 e 1978) a reconstruir "historicamente o estatismo como fenômeno mundial total. Nesse trabalho, escrito em meados da década de 1970, o pensador francês examina, à luz dos acontecimentos de maio de 68 que desvelaram a luta social contra o Estado, os processos que produziram sua mundialidade, exprimindo-se nas formas tanto do mundo socialista como do capitalista" (SPÓSITO, 1996, p. 40).

Em conseqüência, percebeu-se que haveria necessidade de "rompimento", ou melhor, de atualização do que até então era considerado como cidade<sup>1</sup> fato urbano; dessa maneira, essa necessidade foi levada a cabo e a cidade passou a ser considerada um "produto da estrutura social em sua totalidade, ao mesmo tempo o resultado e o enjuno das contradições entre classes" (TOPALOV, 1988, p. 12). Emerge, portanto, a necessidade de se aprofundar a análise quanto à identificação (quais e quantos são; como atuam; etc.,) dos agentes sociais e ao que daí resulta em termos de (re)produção do espaço urbano.

Como reflexo dessa atualização, constatou-se "um avanço em relação à elaboração teórica de Castells" (LEME & PACHECO, 1989, p. 110), pois essas autoras revelaram que as dissertações e teses elaboradas nos anos 80 no Brasil, sobretudo em São Paulo, se dedicavam ao processo de periferização, o que significa um esforço no sentido de se identificar quais são e como atuam os agentes sociais.

Decerto que esses autores (CASTELLS, LOJKINE, LEFEBVRE) receberam críticas à luz da reavaliação da(s) abordagem(ns), empreendidas, entre outros, por HARLOE (1989) e GOTTDIENER (1993). Contudo, e felizmente, "não há uma teoria geral da cidade ou do urbano" (CORAGGIO, 1988, p. 53).

Uma das contribuições norte-americanas que deve ser destacada é de HARVEY (1973), que prioriza a análise marxista sobre os problemas urbanos, predominantemente no que tange à valorização do espaço e ao uso do solo. Vale notar que esse autor é um

<sup>1</sup> Sobre a evolução de abordagens em Geografia Urbana, ver entre outros: CARTER, Harold. *The study of urban geography*. 2a. ed. London, Edward Arnold, 1976, cap. 1; BERRY, Brian J. L. "Fronteiras de pesquisa da geografia urbana". In: HAUSE, P. M. & L. SCHNORE, L. F. *Estudos de urbanização*. São Paulo, Pioneira, 1976, p. 373-399; CLARK, David. *Introdução à geografia urbana*. 2a. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991, cap. 1 e 6. Um resumo sobre a evolução da noção de cidade, pode ser encontrado em CARLOS, Ana F. A. *A cidade*. São Paulo, Contexto, 1992, especialmente, cap. 4 e 5.

expoente entre os teóricos da lógica capitalista, uma vez que “a circulação de capital, mais do que os processos de produção em si, explica importantes aspectos da urbanização, incluindo a organização capitalista, a reprodução da força de trabalho e a política urbana” (GOTTDIENER & FEAGIN, 1989, p. 49-50).

No que concerne à América Latina, relevam-se os estudos inerentes 1) às caracterizações sócio-econômicas e espaciais de cidades, como Bogotá, Buenos Aires, Cidade do México, Quito, Lima, etc., (SANTOS, 1965, 1978, 1979, 1980 e 1982; ALMEIDA, 1978; DURAND-LASSERVE, 1980; PAVIANI, 1987) e 2) aos aspectos teóricos (entre outros, CORAGGIO, 1988; SLATER, 1988).

No Brasil, sobressaem aqueles trabalhos que nos últimos vinte anos, de forma geral, analisam a política de desenvolvimento urbano do Estado enquanto esfera federal, como, por exemplo, os relativos a FRANCISCONI & SOUZA (1976), SCHMIDT (1983), PONTES (1983), LOPES (1990), SOUZA (1990, 1992 e 1993), SERRA (1991) e MORAES (1995).

Em função do acesso a estudos (incluindo publicados e não publicados – dissertações e teses, principalmente) específicos e da consciência de não se poder abarcar toda a produção da geografia urbana nacional<sup>2</sup>, é que o pioneirismo e a tentativa quanto à atualização da abordagem serviram de critério para que

FERREIRA (1998, p. 22) elencasse estudos concernentes à Aracaju, Belém, João Pessoa, Natal, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís e São Paulo.

Considerando a contribuição relativa às observações empíricas desses trabalhos, em que se relevam a identificação de alguns agentes sociais e a definição de abordagens, todavia, em nível geral, coube a HARVEY (1973 e 1992) o esforço que vislumbrou (na Geografia) analisar de forma integrada a atuação dos agentes sociais na produção do espaço urbano. Vale notar que, na “Introdução à Edição Brasileira” do trabalho de SMITH (1988), HARVEY enfatiza que, no todo, “a produção do espaço não é algum mapeamento abstrato da atividade capitalista ao longo da superfície terrestre, mas engloba um processo intrincado de produção, que incorpora todos os demais processos de desigualdade vetorial, econômica e cultural, assim como a dinâmica de classes” (p. 22).

A análise sobre a produção do espaço não deve eximir-se dessa linha, sob pena de cair na superficialidade. Adiciona-se, então, que, como esse espaço é urbano, e vinculado a uma cidade do Terceiro Mundo, SANTOS (1985) salienta a necessidade de se considerar a “simultaneidade” tendo em vista as causas e condições atuais do fenômeno (urbanização), as formas espaciais, bem como as conseqüências e possibilidades de planejamento. Esta posição se coaduna com a necessidade de se perceber novos elementos analíticos, pois a cidade simplesmente “não mais desempenha funções, mas realiza contradições” (SOUZA, 1988, p. 66).

Vale notar que, “o significado real da urbanização contemporânea transcende em muito aquilo que nos é oferecido pela observação de seu aspecto físico. Além de a cidade capitalista representar para o capital *objeto e meio de realização de lucros de toda ordem* (condição geral de reprodução da produção), o que a transforma em gigantesca *massa de capitais privados e capital social geral*, ela expressa também uma verdadeira *revolução em suas antigas funções* de concentradora e dispersora de fluxos” (MORAES & COSTA, 1987, p. 91) – grifo nosso.

<sup>2</sup> A geografia urbana brasileira tem sido periodicamente analisada. Para maior aprofundamento, cf.: MÜLLER, N. L. “Evolução do estado atual dos estudos de geografia urbana no Brasil”. In: *Simpósio de geografia urbana*, Rio de Janeiro, n. 274, 1968, p. 13-58; CORRÊA, Roberto L. “A geografia urbana no Brasil: uma avaliação”. In: *Anais do 3º Encontro Nacional do Geógrafos*. Fortaleza AGB, 1978, p. 9-12; GUIDUGLI, Odeibler. “Produtos de estudos em geografia urbana: uma análise de artigos da Revista Brasileira do Geografia”. In: *Anais do 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. Rio de Janeiro, 1993, p. 157-159 VASCONCELOS, Pedro do A. “A cidade da geografia no Brasil”; e ABREU, Maurício do A. “O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação”. In: CARLOS, Ana F. Alessandri. (Org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo, EDUSP, 1994, p. 63-78 e 1993 22, respectivamente.

O recorte temático (Estado e Urbano), aqui enfatizado, faz-se necessário, uma vez que não se pretende explanar sobre a Teoria do Estado, como os estudos levados a cabo por LEFEBVRE (1976, 1978), MARX & ENGELS (1979), POULANTZAS (1985), IANNI (1989), CARNOY (1994), ENGELS (1995), entre outros. A leitura aqui procedida dirige-se para relevar a importância do Estado, em se tratando da produção do espaço urbano, pois “*a cidade gera algo de diferente*, algo que a ultrapassa: no plano econômico, gera a indústria; no plano social a propriedade de bens imóveis (não sem transigir com as formas feudais de propriedade e de organização); no plano político, finalmente, o Estado” (LEFEBVRE, s.d., p. 44). Some-se a isso que “*con la ciudad aparece, al mismo tiempo, la necesidad de la administración, de la policía, de los impuestos, etc., en una palabra del régimen colectivo y, por tanto, de la política en general*” (MARX & ENGELS apud FIGURA, 1986-1987. p. 114) – grifo nosso.

Portanto, na materialidade do urbano se verificam o aspecto econômico, o político, o ideológico e o social, e mais ainda, o ambiental; todos, conjugados e se expressando espacialmente, apresentando conteúdo, movimento e história derivados da lógica capitalista.

Assim, é mister que se continuem a desenvolver esforços no sentido de se apreenderem esses conteúdos, movimento e história, isto é, como se (re)produz o espaço urbano capitalista<sup>3</sup> Neste caso, convém realçar o método capaz de viabilizar tal apreensão.

### Método de interpretação

Ao analisar as diferentes concepções de espaço a partir das correntes do pensamento geográfico,

co, CORRÊA (1995)<sup>4</sup> revela que a Geografia Crítica, baseada no materialismo histórico e geográfico, admite o espaço enquanto conceito-chave, o qual (re)surge e ganha o destaque apropriado, quando comparado às outras correntes, que concebiam o espaço como sendo autônomo da sociedade.

O espaço, pois, é relacionado à reprodução das relações (sociais) de produção, ou seja, à reprodução da sociedade; ele não é somente organizado pela sociedade, ao contrário, é produzido por ela. Daí que o processo de produção do espaço “é ao mesmo tempo histórico e social, ele não apenas está sempre em movimento, como expressa, a cada passo de sua trajetória, as determinações sociais presentes naquele momento” (...) em que estão incluídos “as relações de classe então vigentes na sociedade, os conflitos de interesses e de objetivos daqueles que a constituem e os diversos valores que estruturam a sua cultura” (ABREU, 1994, p. 257).

Portanto, o fato de a Geografia Crítica considerar o espaço como produto da sociedade e não como simples local em que o homem se distribui fez com que em termos de método de interpretação se optasse pelo materialismo histórico e dialética, pois a tarefa da teoria marxista na Geografia reside na “possibilidade de se trabalhar uma relação

<sup>3</sup> Sobre a noção de produção e reprodução do espaço urbano, cf.: CARLOS, Ana F. Alessandri. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo, Contexto, 1994, p. 30-38 e 83-97.

<sup>4</sup> 4 Ver: CORRÊA, Roberto L. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná do C. et al. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p. 15-47. Para maior aprofundamento, cf.: HARVEY, David. The marxian theory of the state. *Antipode*, v. 8, n. 2, 1978, p. 80-89; PFERTZEL, J. P. “Marx et l’espace. De l’exégèse à la théorie”. *Espaces & Temps*, n. 18/19 e 20, 1981, p. 65-76; MORAES, Antônio C. R. & COSTA, Wanderley M. da. *Geografia crítica – a valorização do espaço*. 2ª ed. São Paulo, Hucitec, 1987; LUNG, Y. *Le neo-marxisme et l’Espace: réponse à Paul Claval. Le Espace Géographique*, n. 1, 1988, p. 47-50; SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo, Nobel 1985, *Por uma geografia nova*. 4ª ed. São Paulo, Hucitec, 1996, e, *A natureza do espaço*. São Paulo, Hucitec, 1996; SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1993; CARLOS, Ana F. Alessandri, *Op. cit.*, 1994.

sociedade-espaço, relação que é social exclusivamente, e que historicamente se expressa em processos reais os mais complexos" ... (MORAES & COSTA, 1987, p. 73), entre os quais se inclui a urbanização, sob a lógica capitalista.

Destarte, não se devem esquecer as críticas de que o materialismo histórico e dialético tem sido alvo, basicamente apoiadas em argumentações de que "Marx negligenciou o espaço", de que ele foi "indiferente aos problemas do espaço" ou de ele nem mesmo ter "sequer tratado do espaço" Isso, aliado às "poucas considerações" sobre a cidade. Essas "colocações devem ser entendidas em seus devidos contextos, mas, a nosso ver, elas são o próprio atestado do que chamamos 'atropelamento' do materialismo histórico e dialética e, mais ainda, provam que boa parte desses autores (salvo honrosas e raríssimas exceções) não leram sequer parte da obra de Marx, diríamos mais, não leram sequer os três livros que compõem O Capital" (OLIVEIRA, 1993, p. 67)<sup>5</sup>

Ainda assim, em 1981, havia sido anunciada a "crise do materialismo histórico" (ARONOWITZ apud HARVEY, 1994, p. 320). Não obstante, o segundo autor enfatiza que certas transformações estavam em curso, como, por exemplo, as relativas à economia política, à *natureza e funções do Estado*, às práticas culturais, e à dimensão do tempo-espaço; essas transformações se repercutiam em termos de relações

sociais, que deveriam ser analisadas. Daí ter sido fundamental "uma concepção propriamente dinâmica, em vez de estática, da teoria e do materialismo histórico para apreender a significação dessas mudanças" (...). Assim, são elencadas quatro áreas capazes de levar a cabo tal apreensão, entre as quais se destaca a terceira, que se refere a "um reconhecimento de que *as dimensões do espaço e do tempo são relevantes, e de que há geografias reais de ação social*, território e espaços de poder reais e metafóricos, que se tornam vitais como forças organizadoras na geopolítica do capitalismo, ao mesmo tempo em que são sede de inúmeras diferenças e alteridades que têm de ser compreendidas tanto por si mesmas como no âmbito da *lógica global do desenvolvimento capitalista O materialismo histórico finalmente começa a levar a sério a sua geografia*" (HARVEY, 1994, p. 320-321) – grifo nosso.

Convém destacar que o objeto a ser analisado é o fato urbano enquanto produto social, concretizado, que revela um estágio (ou vários estágios?) de mutação, o que implica em uma dialética entre a sociedade e o espaço.

Vale realçar que a urbanização capitalista é entendida como um processo que apresenta dinamicidade, e que está submetido à ação de agentes sociais, podendo ser definida como "o movimento de desenvolvimento numérico e espacial das cidades" (BEAUJEU-GARNIER, 1983, p. 24). Isto implica que a cidade representa a concretização do processo, por um lado se revela por intermédio da concentração, incremento e diversificação de capitais e, por conseguinte, da população, que somados à ampliação das demandas relativas à produção, circulação e consumo, resultam na reprodução do capital e, portanto, da sociedade. Por outro lado, significa, por extensão, a necessidade de se elevar a importância da cidade em relação às contradições, conflitos, etc., mas também à hinterlândia (entenda-se desde a escala local até a mundial). Além disso, tal processo se desenvolve sob a lógica capitalista, que o tem como base de sustentação, haja vista as condições de produção

<sup>5</sup> Cf.: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Espaço e tempo: compreensão materialista e dialética. Ia: SANTOS, Milton. (Org). *Novos rabinos da geografia brasileira*. 3ª ed. São Paulo, Hucitec, 1993, p. 66-110. Sobre a concepção de problemas urbanos a partir do materialismo histórico e dialético, consultar: ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, e, A questão da habitação* cujas edições originais remontam a 1845 e 1877, respectivamente; na língua portuguesa, essas obras podem ser encontradas em *Marx-Engels*: obras escolhidas. São Paulo, Edições Sociais, 1976. 3v. Destaca-se ainda: LEFEBVRE, Henri. *O pensamento marxista e a cidade*. Lisboa, Editora Ulisseia, s.d.; SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 198g, p. 127-147.

e de reprodução, em que pese o fato de que “a cidade não pode ser analisada como elemento em si que ganha expressão, mas como uma forma espacial das relações sociais de produção” (CARLOS, 1982, p. 111).

### A Análise

O espaço é, sobretudo, produzido por uma dada sociedade, se forem consideradas a evolução das necessidades e dos objetivos, as relações econômicas, políticas e sócio-culturais, que se materializam em função de interesses, conflitos e contradições reveladas por agentes sociais atuantes na (re)produção desse espaço, que se apresenta “complexo”(?).

A “complexidade” do espaço urbano implica que o mesmo é, predominantemente, um produto social, que se concretiza ao longo do tempo histórico, devido a seus movimentos, os quais resultam dos conteúdos oriundos da presença de agentes sociais, que por sua vez materializam a relação sociedade-espaço.

Admitindo-se que a cidade capitalista é um produto social, cabem, portanto, cinco tarefas para efeito de análise: 1) identificar quais são os agentes sociais que atuam na produção do espaço urbano; 2) analisar quais são as estratégias e ações dos agentes sociais identificados; 3) perceber que a cidade, enquanto forma espacial maior, deriva da lógica capitalista, que revela uma estrutura social em classes, que por seu turno, vai sendo organizada devido à reprodução do capital (dai a necessidade de se considerar os diferentes padrões de acumulação), aliada à reprodução social; 4) verificar que os padrões de acumulação e a reprodução sócio-espacial culminam na diversificação de formas espaciais menores, como bairros e áreas especializadas, etc., resultando em uma constante (re)organização/(re)produção da cidade; e 5) explicar – o que é a cidade (incluindo contradições e conflitos). O que será (considerando os interesses políticos, econômicos e sociais envolvidos na produção desse espaço)?

### Os agentes sociais da produção do espaço urbano

Um dos primeiros trabalhos dedicados à produção do espaço urbano demonstra que essa produção “es resultado de las *prácticas de unos agentes* que actúan dentro del marco del sistema capitalista *utilizando los mecanismos legales a su disposición o realizando su actuación al margen de estos mecanismos* y obteniendo posteriormente la sanción legal correspondiente” (CAPEL, 1974, p. 19) – grifo nosso.

Isto implica que, para efeito de análise, se deve partir da premissa de que a produção do espaço urbano ocorre sob a lógica capitalista, que por sua vez desenvolve a relação de exploração do capital sobre a força de trabalho, que por seu turno se realizam no espaço. Como o capital e a força de trabalho se (re)organizam a partir de interesses que materializam as relações sociais, decorre, pois, a institucionalização de agentes sociais, os quais realimentam essas relações. Porém, os mecanismos que regulam tais relações dificultam e até mesmo impedem a participação de forma equitativa de todos os agentes sociais que, na prática, expressam as marcas da relação sociedade-espaço. Daí que nem todos os agentes sociais atuam sob a proteção de “mecanismos legais” mas travam verdadeiras lutas e realizam suas ações “à margem” desses. Neste último caso, tem-se como agravante o estabelecimento da propriedade privada da terra, que contribui para que cada agente social, “individualmente ou em conjunto” (...) defina “estratégias próprias para existir na cidade” (SEABRA, 1982, p. 392).

### Então, o que é agente social?

Por agente social se entende um agrupamento de pessoas e/ou instituições que desenvolvem ações definidas, visando à defesa de seus interesses; essas ações contribuem no processo de reprodução espacial, sendo, contudo, resultado da reprodução do capital. Logicamente que os interesses e conflitos, decorrentes da presença do capital em uma consi-

derada sociedade e sob determinado tempo histórico, revelam uma quantidade e qualidade variada de agentes sociais, os quais se peculiarizam pela forma assemelhada de agir na produção do espaço, sobretudo urbano.

Em se tratando de contribuições atinentes à análise de agentes sociais na produção do espaço urbano, no Brasil destaca-se o estudo desenvolvido por uma equipe de profissionais do IBGE (1981). Ademais, relevo maior pode ser encontrado no estudo levado a efeito por BAHIANA (1987), que se baseou na análise de outros cinco: 1) HARVEY, D. "Social Justice and the City" 1973; 2) CAPEL, H. "Agentes y Estratégias en la Producción del Espacio Urbano Español" 1974; 3) FORM, W. "The Place of Social Structure on the Determination of Land Use: some implication for a theory of Urban Ecology" 1975; 4) CLICHEVSKY, N. "El Mercado de Tierras en el Area de Expansión de Buenos Aires: su funcionamiento e incidência sobre sectores populares" 1975; e 5) BORJA, J. "Movimientos Sociales Urbanos" 1975.

Em tal análise, e devido à realidade empírica estudada, é evidente que o número de agentes sociais não é igual uma vez que varia entre três e seis, bem como sua(s) formas(s) de atuação não é (são) única(s). Todavia, o ponto comum é que, *entre os agentes sociais identificados* em termos de atuação na produção do espaço urbano, *independente de quantidade, um se sobressai* presente nos referidos estudos, qual seja, o *Estado*.

Some-se a isso que, até mesmo em estudos específicos, como por exemplo, sobre habitação (SEABRA, 1982; RODRIGUES, 1984 e 1991) e acerca da verticalização (SOUZA, 1994), bem como no tocante à estruturação urbana (ABREU, 1980 e 1981), a ênfase no Estado, enquanto agente social, adquire importância considerável.

Convém enfatizar que o *Estado é a área primordial* a ser estudada não só pela nova Sociologia Urbana (GOTTDIENER & FEAGIN, 1989), mas também pela Geografia Urbana, uma vez que este, *enquanto agente social, influencia direta* (incluindo-se

a sua omissão) ou indiretamente (a partir de acordos oriundos de decisões externas) sobre a reprodução do espaço revelando, portanto, condições para a ação de demais agentes, induzidos ou não.

Ainda de acordo com BAHIANA (1987), é proposta uma tipologia com o intuito de se proceder o estudo relativo aos agentes sociais que atuam na produção do espaço urbano, e que são seis: o Morador (proprietário ou inquilino); os Proprietários do Solo (rurais ou urbanos); a Indústria Imobiliária; a Indústria da Construção Civil; os Proprietários Industriais; e o Setor Público (entenda-se Estado).

Entretanto, essa tipologia se apresenta ambígua haja vista que implica na existência de três tipos de proprietário (o morador, além dos proprietários do solo rural e do solo urbano) sem, contudo, considerar explicitamente o que é um ou o outro; a referida ambigüidade reside ainda no fato de BAHIANA ter-se baseado, sem a devida ponderação, em autores e teorias que estudaram realidades díspares (Lansing e Baltimore – EUA–, Espanha e Buenos Aires) e com objetivos também diferentes; adiciona-se que em se tratando dos detentores dos meios de produção, será que apenas os proprietárias industriais têm papel relevante? Outros estudos, em função da singularidade empírica, demonstram que não.

CORRÊA (1989) propõe uma tipologia em que a produção do espaço urbano pode ser estudada, analisando-se a atuação dos seguintes agentes sociais: Proprietários dos Meios de Produção (industriais e grandes empresas comerciais); Proprietários Fundiários; Promotores Imobiliários; Estado; e Grupos Sociais Excluídos.

Apesar do esforço desse autor em sintetizar uma série de estudos (CAPEL, 1974; MINGIONE, In: HARLOE, 1977; SAMSON, In: DURAND-LASSERVE, 1980; ALMEIDA, 1982; BAHIANA, 1987), ainda assim pode-se questionar: será que os proprietárias industriais e as grandes empresas comerciais atuam de forma única, independente da realidade em que se localizam? será que não existem outros proprietárias dos meios de produção que influenciam, também,

no processo? os “grupos sociais excluídos” não ficam muito amplos tendo-se por base a seletividade concernente à habitação, pois inclui-se como tal a população vinculada aos cortiços, aos loteamentos e aos conjuntos habitacionais periféricos? Ora, se eles (excetuando-se a população favelada) “não” participam enquanto “agente modelador do espaço urbano”. no mínimo, os mesmos estão inseridos no ciclo de reprodução do capital, uma vez que contribuem com esse mediante o aluguel e a renda da terra. Então, a exclusão parece que tem um caráter quantitativo e não qualitativo.

Certamente que outros estudiosos, sob os mais variados objetivos e focos de observação, desenvolveram o raciocínio sobre a concepção de uma tipologia (geral?). No entanto, não cabe aqui enumerá-los e sim apontar algumas preocupações de ordem analítica, o que, porém, só enaltece os esforços até agora empreendidos.

Tendo em vista que 1) a *realidade empírica revela variados agentes sociais* atuantes na produção do espaço urbano, os quais 2) agem ora em conflito, ora em consonância, ou em conjunto e até mesmo de forma isolada, e ainda 3) algumas ações e estratégias tendem a confundir a separação quanto a se perceber e conhecer *quem atua e como*, e pode-se dizer que não existe uma tipologia aceita de forma unânime.

Destarte, deve-se ter a clareza de que tal situação tem induzido estudos que se particularizam pela abordagem setorial (LEME & PACHECO, 1989) e/ou que consideram um agente social como primordial, a exemplo dos incorporadores imobiliárias

(ALMEIDA, 1982; SOUZA, 1994), dos promotores imobiliárias (FURLANETTO et ai., 1987), o Estado, com realce para a habitação (VALLADARES, 1980), etc.

A preocupação, portanto, ao se analisar a (re)produção do espaço urbano, em que se faz o recorte setorial e/ou o estudo de um agente social, é a de que o trabalho em desenvolvimento *não isole esse setor ou agente, como se os mesmos fossem independentes dos demais*, mas de ter-se a convicção de que ele(s) é(são) apenas *uma parte do todo*, que tem um papel a ser desempenhado, onde *o Estado não é um simples coadjuvante*.

### Conclusão

É a *realidade empírica* que vai possibilitar uma maior ou menor apreensão da (re)produção do espaço urbano, pois com ela a quantidade e a qualidade (ações, estratégias, interesses, conflitos, etc..) de agentes sociais *muda*. Entretanto, *o Estado pode ser o fio condutor da análise*, uma vez que suas ações, estratégias, etc. se fazem mais presentes quantitativa e qualitativamente, tanto no tempo, quanto no espaço, e induzem a ação e/ou o surgimento de outros agentes sociais.

Assim, a análise a ser empreendida deverá levar em conta uma periodização como forma de melhor se perceber e avançar no sentido de que os agentes sociais materializam conteúdos e movimentos distintos, os quais são originários de fatores políticos, econômicos, sociais, culturais e até mesmo ambientais, integrantes do movimento principal, a totalidade social.

### Bibliografia

ABREU, Maurício de A. Estado e espaço urbano: uma perspectiva histórica. In: *Anais do 4º Encontro Nacional de Geógrafos*, Rio de Janeiro, AGB, 1980, p. 58-72.

\_\_\_\_\_. Contribuição ao estudo do papel do Estado na evolução da estrutura urbana. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 4, out./dez. 1981, p. 577-585.

- \_\_\_\_\_. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo, Hucitec, 1994, p. 199-322.
- ALMEIDA, Fernando L. de. (Org.). *A questão urbana na América Latina*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1978.
- ALMEIDA, Roberto S. de. *Atuação recente da incorporação imobiliária no Município do Rio de Janeiro: tendências espaciais vigentes e alternativas futuras*. Rio de Janeiro, 1982, 155p. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- BAHIANA, Luís C. da C. Agentes modeladores e uso do solo urbano. *Espaço & Debates*, 1987, p. 53-62.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. *Geografia urbana*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- CAPEL, Horacio. Agentes y estratégias en la producción del espacio urbano español. *Revista de Geografía*, v. 8, n. 1-2, jul./dez. 1974, p. 19-55.
- CARLOS, Ana F. Alessandri. A cidade e a organização do espaço. *Revista do Departamento de Geografia*, 1982, p. 105-111.
- \_\_\_\_\_. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo, EDUSP, 1994.
- CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. 4 ed. Campinas, Papirus, 1994.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana* (posfácio). Seleção de Textos, n. 3, set./1977 p. 1-58.
- \_\_\_\_\_. *A questão urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. (original: Paris, Antropos, 1972).
- CERVELLATI, Pier L.; SCANNAVINI, Roberto & ANGELIS, Carlo de. Bolonha: por que o centro histórico? Política e metodologia. In: FORTI, Reginaldo. (Org.). *Marxismo e urbanismo capitalista: textos criticos*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p. 119-152.
- COHEN, Jean-Louis. O urbanismo nas condições socialistas – URSS e países do Leste Europeu. In: FORTI, Reginaldo. (Org.). *Marxismo e urbanismo capitalista – textos criticos*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p. 153-166.
- CORAGGIO, José L. Dilemas da investigação urbana a partir de uma perspectiva popular na América Latina. *Espaço & Debates*, n. 23, 1988, p. 50-7.
- CORRÊA, Roberto L. *O espaço urbano*. São Paulo, Ática, 1989.
- \_\_\_\_\_. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná do C. et al. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p. 15-47
- DURAND-LASSERVE, Alain. (Org.). La croissance peripherique des villes du Tiers Monde. El role de La promotor foncière et immobilière. *Travaux et Documente de Géographie Tropicale*, n. 40, 1980.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 13ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.
- FERREIRA, Antônio J. de A. *O Estado e o Urbano: o caso de São Luís*. São Paulo, 1998, 193p. Relatório (Qualificação – Mestrado). Departamento de Geografia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- FIGHERA, Delfina T. Estado y espacio: una aproximación a su estádio. *Boletim de Geografia Teorética*, v. 16-17. n. 31-34, 1986-1987, p. 110-119.
- FRANCISCONI, Jorge G. & SOUZA, Maria A. A. de. *Política Nacional de Desenvolvimento Urbano*. Brasília, IPEA/IPLAN, 1976.
- FURLANETTO, Diva A. et al. Promoção imobiliária e espaço residencial da classe média na periferia metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 49, n. 2, abr./jun. 1987, p. 2756.
- GOTTDIENER, Mark & FEAGIN, Joe R. “Uma mudança de paradigma na sociologia urbana” *Espaço & Debates*, n. 28, 1989, p. 44-58.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo, EDUSP, 1993.
- HARLOE, Michael. “Marxismo, Estado e questão urbana: notas críticas a duas recentes teorias francesas” *Espaço & Debates*, n. 28, 1989, p. 80-99.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Captive cities*, London, Jonh Willey, 1977

- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo, Hucitec, 1980. (original: Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1973).
- \_\_\_\_\_. *The urban experience*. Oxford, Blackwell Publishers, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Condição pós-moderna*. 4. ed. São Paulo, Edições Loyola, 1994.
- IANNI, Octavio. *Estado e capitalismo*. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- IBGE. Ação dos agentes modeladores no uso do solo urbano. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 43, n. 1, jan./mar. 1981, p. 123-131.
- LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford, Blackwell Publishers, 1994. (original: Paris, Antropos, 1974).
- \_\_\_\_\_. *De l'Etat*. Paris, Union Générale d'Éditions. 4t. 1976/1978.
- \_\_\_\_\_. *O pensamento marxista e a cidade*. Lisboa, Editora Ulisseia, s.d.
- LEME, Maria C. S. & PACHECO, Regina S. A. A questão fundiária, imobiliária e os serviços urbanos. *Espaço & Debates*, n. 28, 1989, p. 101-117.
- LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo, Martins Fontes, 1981. (original: Paris, Presses Universitaires de France, 1977).
- LOPES, Carlos T. G. *Planejamento, Estado e crescimento*. São Paulo, Pioneira, 1990.
- MARX Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MORAES, Antônio C. R. & COSTA, Wanderley M. da. *Geografia crítica – a valorização do espaço*. 2ª ed. São Paulo, Hucitec, 1987.
- MORAES, Antônio C. R. *As políticas federais de desenvolvimento urbano e seus impactos na zona costeira do Brasil*, Brasília, MMA/PNGC, v. 1, 1995.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Espaço e tempo: compreensão materialista e dialética. In: SANTOS, M. (Org.). *Novos rumos da geografia brasileira*. 3. ed. São Paulo, Hucitec, 1993, p. 66-110.
- PAVIANI, Aldo. Urbanização na América Latina: periferação em áreas metropolitanas. *Humanidades*, n. 13, mai./jul. 1987, p. 106-114.
- PONTES, Beatriz S. *Brasil: O Estado planejador e as políticas nacionais de urbanização (1937-1979)*. São Paulo, 1983, 2v. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ Universidade de São Paulo.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. 2ª. ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.
- RODRIGUES, Arlete M. A apropriação e produção do espaço urbano: as questões da política habitacional, do cotidiano e do confronto na produção do espaço pelos “sem terra” In: *Anais do 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos*. São Paulo, AGB, 1984, p. 187-194.
- \_\_\_\_\_. *Moradia nas cidades brasileiras*. 4 ed. São Paulo, Contexto, 1991.
- SANTOS, Milton. *A cidade nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Pobreza urbana*. Recife, UFPE/São Paulo, Hucitec, 1978.
- \_\_\_\_\_. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, 1979.
- \_\_\_\_\_. *A urbanização desigual*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio sobre a urbanização latino-americana*. São Paulo, Hucitec, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Espaço e método*. São Paulo, Nobel, 1985.
- SEABRA, Odete. Os agentes da produção do espaço urbano. In: *Anais do 5º Encontro Nacional de Geógrafos*, Porto Alegre, AGB, 1982, p. 385-394.
- SERRA, Geraldo. *Urbanização e centralismo autoritário*. São Paulo, Nobel/EDUSP, 1991.
- SCHMIDT, Benício V. *O Estado e a política urbana no Brasil*. Porto Alegre, Editora da Universidade/ L&PM, 1983.
- SLATER, David. Capitalismo e urbanismo na periferia – problemas de interpretação e análise referentes à América Latina. *Espaço & Debates*, n. 23, 1988, p. 96-109.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

- SOUZA, Edgard B. de. Desenvolvimento urbano na década de 90. In: IPEA/IPLAN. *Para a década de 90 – prioridades e perspectivas de políticas públicas*. Brasília, v. 3, mar./1990, p. 201-223.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *As políticas federais de desenvolvimento no biênio 1989/1990*. Brasília, IPEA (Texto para discussão nº 282), nov./1992.
- \_\_\_\_\_. et al. *Avaliação das políticas federais de desenvolvimento urbano, habitação e saneamento em 1991*. Brasília, IPEA (Texto para discussão nº. 304), jun./1993.
- SOUZA, Maria A. A. de. *Governo urbano*. São Paulo, Nobel, 1988.
- \_\_\_\_\_. *A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo*. São Paulo, Hucitec/EDUSP, 1994.
- SPÓSITO, Marília P. A produção política da sociedade. In: MARTINS, José de S. (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 39-49.
- TOPALOV, Christian. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. *Espaço Debates*, n. 23, 1988, p. 5-30.
- VALLADARES, Lícia do P. (Org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980.

